

SUMÁRIO

Prefácio à 3ª edição histórica por Paulo Borba Casella	9
Prefácio à 2ª edição	21

INTRODUÇÃO, 25

Capítulo I – Conceito, finalidade e noções gerais do direito internacional público	26
Seção I – Definição e Divisões	26
Seção II – Realidade da existência desta disciplina jurídica	32
Seção III – Fundamento	36
Seção IV – Fontes	62
Seção V – Relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno	76
Capítulo II – Desenvolvimento histórico das relações internacionais e do direito internacional público	84
Capítulo III – Codificação do direito internacional público	132

PRIMEIRA PARTE

A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL: PESSOAS INTERNACIONAIS, 139

Livro primeiro – Os Estados	151
Capítulo I – O Estado como pessoa do direito internacional. Seus elementos constitutivos	151
Seção I – Classificação dos Estados	156
§ 1º – Estados simples e compostos	157
§ 2º – Estados compostos por coordenação	157
§ 3º – Estados compostos por subordinação	176
§ 4º – Território internacionalizado sob regime especial: O Sarre e seu atual estatuto internacional	197
Seção II – Formação, reconhecimento, transformação e extinção dos Estados	200
§ 1º – Formação ou nascimento dos Estados	200
§ 2º – Reconhecimento dos Estados	202

§ 3º – Atos que podem preceder o reconhecimento como Estado	216
§ 4º – Transformação e extinção dos Estados	228
I – Alterações das Instituições Políticas	228
II – Alterações territoriais e demográficas	244
III – Extinção dos Estados	244
§ 5º – Sucessão dos Estados	246
Capítulo II – Direitos e deveres do Estado	259
Seção I – Direitos dos Estados	259
§1º – Direito de defesa e conservação	262
§2º – Direito à liberdade ou direito de independência	264
I – Soberania interna	272
II – Soberania externa	277
Seção II – Restrições aos Direitos dos Estados	298
§ 1º – Imunidade de Jurisdição Local	298
§ 2º – Capitulações	299
§ 3º – Garantias e servidões internacionais	300
§ 4º – Arrendamentos de territórios	304
§ 5º – Condomínios	306
§ 6º – Neutralidade permanente	307
Seção III – Deveres dos Estados	314
§ 1º – Deveres morais	314
§ 2º – Deveres Jurídicos	321
I – A não-intervenção	321
II – A Doutrina de Monroe	331
Seção IV – Responsabilidade Internacional dos Estados	338
§ 1º – Princípios gerais	338
§ 2º – Aplicações dos princípios	344
I – Atos dos órgãos do Estado	344
II – Atos de coletividades que exercem funções públicas	379
III – Atos de Estados subordinados, de Estados protegidos, de Estados federados e de outros membros e uniões de Estados	380
IV – Atos de indivíduos	384
V – Danos resultantes de motins ou guerras civis	400

§ 3º – Esgotamento dos recursos permitidos pelo direito interno	412
§ 4º – Nacionalidade das reclamações	418
§ 5º – Circunstâncias que excluem a responsabilidade	422
§ 6º – Conseqüências jurídicas da responsabilidade	430
Capítulo III – Jurisdição do Estado	444
Seção I – Nacionalidade	444
§ 1º – Nacionalidade originária	448
§ 2º – Nacionalidade adquirida	452
§ 3º – Naturalização coletiva, por cessão ou anexação de território	463
§ 4º – Perda da nacionalidade	468
§ 5º – Reintegração na nacionalidade perdida	472
Seção II – Relações do Estado com seus nacionais no exterior	473
§ 1º – Jurisdição do Estado além das fronteiras nacionais	473
§ 2º – Proteção diplomática	484
Seção III – Admissão de estrangeiros	489
§ 1º – Asilo territorial	491
§ 2º – Condição jurídica dos estrangeiros	494
Seção IV – Expulsão de estrangeiro	502
Seção V – Extradicação	505
§ 1º – Pessoas passíveis de extradicação	507
§ 2º – Atos suscetíveis de motivar a extradicação	510
§ 3º – Condições exigidas para a extradicação	518
§ 4º – Autoridade competente. Processo	520
Capítulo IV – Os órgãos das relações entre os Estados	527
Seção I – Chefes de Estado	527
Seção II – Ministros das relações exteriores	529
Seção III – Agentes diplomáticos	531
§ 1º – Direito de legação. Diplomacia. Usos diplomáticos	531
§ 2º – Classificação dos agentes diplomáticos. Corpo diplomático. Pessoal diplomático	534
§ 3º – Escolha, nomeação e recepção dos agentes diplomáticos	542
§ 4º – Deveres e atribuições dos agentes diplomáticos	548
§ 5º – Prerrogativas e imunidades diplomáticas	554

I – A inviolabilidade	559
II – A imunidade de jurisdição	581
II – A isenção de impostos	594
§ 6º – Termo da missão diplomática	596
§ 7º – Extensão dos privilégios diplomáticos a outros agentes dos Estados e a funcionários internacionais	599
§ 8º – Negociações diplomáticas. Congressos e Conferências internacionais	606
Seção IV – Funcionários consulares	608
§ 1º – Classificação dos funcionários consulares	613
§ 2º – Escolha, nomeação e admissão dos funcionários consulares	614
§ 3º – Deveres e atribuições dos cônsules	622
§ 4º – Prerrogativas dos cônsules	628
§ 5º – Termo das funções consulares	636
Capítulo V – Compromissos internacionais	638
Seção I – Atos Unilaterais	638
Seção II – Acordos Internacionais	642
§ 1º – Terminologia e natureza dos acordos internacionais	642
§ 2º – Classificação	651
§ 3º – Forma e redação	654
§ 4º – Condições de validade	661
I – Capacidade das partes contratantes	661
II – Habilitação dos agentes signatários	663
III – Consentimento mútuo	664
IV – Objeto lícito e possível	670
§ 5º – Ratificação	677
§ 6º – Publicação e promulgação	707
§ 7º – Efeitos	710
§ 8º – A cláusula da nação mais favorecida	719
§ 9º – A adesão ou acessão	723
§ 10º – Garantias de execução	731
§ 11º – A interpretação	732
§ 12º – A terminação	749